

## Interjovem realiza 7.ª Conferência Nacional

25-Jan-2013

2 FEVEREIRO, NO PORTO Interjovem, organiza a 7.ª Conferência Nacional de jovens trabalhadores da CGTP-IN, realiza a sua 7.ª Conferência no próximo dia 2 de Fevereiro, no Porto, sob o lema «Queremos Trabalho, Exigimos Direitos» Mais organização, mais luta, mais sindicato». No manifesto da conferência, a Interjovem afirma que esta realização se integra na luta geral dos trabalhadores e «virada para a importância que tem a nossa acção nos locais de trabalho, a intervenção que temos no trabalho sindical dirigido aos jovens trabalhadores, encontrando espaço para a participação dos mais jovens na acção dos sindicatos da CGTP-IN.»

Com o objectivo de preparar a participação dos jovens trabalhadores da Administração Local na conferência, o STALJovem reuniu recentemente o grupo de trabalho e aprovou um plano de trabalho para a discussão do documento base nas regiões, eleição de delegados e preparação de intervenções.

Na reunião foi também feito um balanço da situação laboral dos jovens trabalhadores da Administração Local e do funcionamento do STALJovem, que, apesar do quadro real de dificuldades que atinge o mundo laboral e, naturalmente, o movimento sindical, regista experiências muito positivas no trabalho com jovens trabalhadores.

Menos emprego jovem, mais exploração nas autarquias Sobre o panorama laboral dos jovens trabalhadores na Administração Local, regista-se que o número de vínculos públicos na faixa etária até aos 30 anos decresceu consideravelmente nos últimos anos, fruto não só da redução geral de trabalhadores e das restrições a novos procedimentos concursais, mas sobretudo da utilização abusiva de programas ocupacionais, em substituição de funções de carácter permanente, situação que para além de ilegal constitui uma acção clara de exploração de mão de obra barata.

Do balanço efectuado pelo STALJovem salienta-se ainda que predominam no sector elevada precariedade, a utilização abusiva de falsos recibos verdes, os trabalhadores ocasionais, temporários, com contrato de emprego e inserção e ainda jovens estagiários sem qualquer retribuição.

O trabalho temporário parece constituir uma chaga que se alastra na Administração Local, de que é exemplo o município de Aljustrel, que recorre com frequência a uma empresa sediada em Lisboa para colocar na autarquia jovens totalmente desprotegidos, sem direitos e em situação de polivalência funcional, não obedecendo a quaisquer regras de contratação na Administração Pública.

Â

Â